

HISTÓRIA INDÍGENA E HISTÓRIA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Edson Silva*

Pensando as relações históricas e ambientais indígenas no Semiárido pernambucano

Os atuais 14 povos indígenas conhecidos em Pernambuco, habitam no Semiárido. Em 2019 no estado de Pernambuco eram conhecidos 13 povos indígenas. Totalizando mais de 60.000 indivíduos (CCLF, 2017, p.11). Os Xukuru do Ororubá habitando nos municípios de Pesqueira e Poção, são os indígenas mais próximos do Recife. Os Tuxi, em Belém de São Francisco é 14º povo indígena reivindicando o reconhecimento oficial. Esses povos vivenciaram processos históricos peculiares com a colonização portuguesa no interior da então Capitania, a partir de meados do século XVII após as guerras dos lusos contra os holandeses que dominavam o litoral pernambucano.

O Semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km e inclui os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, Sudeste do Piauí, Oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende em Minas Gerais, seguindo o Rio São Francisco, juntamente com um enclave no vale seco da região média do rio Jequitinhonha (BRASIL, 2005).

O termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800mm ao ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses durante o ano. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano (TEIXEIRA, 2016, p.769).

O Semiárido correspondendo a 88,6% do território de Pernambuco. Os povos indígenas, portanto, habitam uma região caracterizado pela predominância do bioma Caatinga. Em um ecossistema complexo desde áreas com poucas incidências de chuvas ou mesmo secas periódicas, aos chamados brejos que são regiões úmidas onde se encontram pequenos enclaves de matas densas.

Na região desde tempos pretéritos, foram necessários os conhecimentos sobre o Ambiente pelos primeiros grupos humanos:

*Professor Titular de História da UFPE. Pós-Doutor em História pela UFRJ. Doutor em História Social pela UNICAMP. Mestre em História pela UFPE. É professor de História no Centro de Educação/Col. de Aplicação-UFPE. Leciona no PROFHISTÓRIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História/UFPE (Campina Grande-PB). E-mail: edson.edsilva@hotmail.com

A partir da interpretação dos vestígios arqueológicos dos grupos pré-coloniais associados à distribuição espacial dos recursos naturais na área de estudo, é possível sugerir que estes grupos apresentavam uma considerável mobilidade através de um amplo território. Muitos destes recursos encontravam-se dispersos nas diferentes unidades de paisagens, e distribuídos sazonalmente. As estratégias de subsistência, mutuamente relacionadas com a disponibilidade de recursos e densidade populacional, apresentavam-se muito dinâmicas no Semi-árido e, sugere-se também, que estes grupos dispusessem de conhecimento de extensas áreas destinadas a busca daqueles recursos necessários as suas manutenções sócio-culturais (PROENÇA, 2008, p.152).

Os sítios arqueológicos estão localizados próximos a fontes de água, e os estudos apontaram que a dispersão dos vestígios da ocupação humana há milênios na região, significando as intrínsecas relações com nascentes, lagoas e rios intermitentes que possibilitavam a disponibilidade de recursos naturais e assim o pouso para a caça, coleta,

Os elementos do entorno às fontes de água compõem um limitado espaço na Caatinga, e por sua vez vêm a representar uma variedade de recursos significativos para a subsistência destes grupos, baseada na caça e na coleta de alimentos. Os locais onde há presença de água, mesmo durante as estiagens, atraem diversas espécies da fauna, e em seu entorno desenvolve-se uma vegetação de maior porte, especialmente de espécies frutíferas (PROENÇA, 2008, p.155).

A colonização/ocupação portuguesa no Semiárido pernambucano iniciou a partir de meados do Século XVII, quando ocorreu uma grande pressão demográfica na região litorânea que impulsionou a colonização portuguesa para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar e multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993, 23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com a invasão das terras indígenas.

Para a instalação das fazendas de gado no atual Semiárido pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava do aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, 35). Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, 51-53).

Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, 51-53). Os missionários se dedicavam ao comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação, permitindo com isso a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão (MEDEIROS, 1993, 63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; esta foi

a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no atual Semiárido pernambucano até o cearense.

O Semiárido pernambucano historicamente é cenário de muitos conflitos. Ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes de água que garantem a vida para os humanos, animais e plantas. As áreas com matas serranas, como a Serra Negra, Serra do Umã, Serra do Arapuá e a Serra do Ororubá, são localidades dos chamados brejos de altitude, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. Nos brejos nascem riachos irrigando os sopés das serras e correndo em direção ao São Francisco ou para o litoral. São áreas também agricultáveis, com as lavouras para o consumo plantada pelos indígenas e os excedentes de frutas e verduras que abastecem as feiras de cidades vizinhas como Ibimirim, Arcoverde e Pesqueira.

O antigo Aldeamento de Cimbres e os índios Xukuru do Ororubá

Na atual região de Cimbres, onde foi instalada a Missão do Ararobá, a área montanhosa favoreceu a formação de brejos que se constituem em espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante. Estudos apontaram que uma derivação da Serra da Borborema que se estende pela região do Semiárido, desde o Ceará até Pernambuco, se inicia exatamente no município de Pesqueira, espalhando-se por regiões vizinhas. Nas cercanias do vale do intermitente rio Ipojuca que corta o território dos indígenas, Xukuru do Ororubá, estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção (SOBRINHO, 2005, p.163-164).



Localização do Território Xukuru do Ororubá no Semiárido pernambucano
Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/04/1996, p.11.

O território indígena Xukuru do Ororubá está localizados nos municípios de Pesqueira e Poção/PE (Figura 1) com 27.555 hectares demarcados pelo Governo Federal em 2001, após muitas perseguições, violências e assassinatos de lideranças, a exemplo do Cacique “Xicão” Xukuru, morto a mando dos fazendeiros invasores nas terras reivindicada pelos indígenas. A população foi contabilizada em 12.139 indígenas (LEAL e ANDRADE, 2012, p.8). Sendo ainda estimado que cerca de 200 famílias residem na área urbana de Pesqueira em diversos bairros, embora a maioria no Bairro “Xucurus” (ALMEIDA, 2002, p.52).

Os Xukuru do Ororubá atualmente habitam em 24 aldeias espalhadas no território indígena que dividem em três regiões geográficas (Figura 2): a Serra, o Agreste e a Ribeira. A Serra é o local mais abundante de água e compreende o brejo de altitude propriamente dito. O Agreste é a região mais seca em torno da atual Aldeia Vila de Cimbres. E a Ribeira trata-se da região cortada pelo intermitente Rio Ipojuca, o de também situa-se a Barragem Pão-de-Açúcar com águas salobras e construída pelo Governo Estadual entre 1987/1988. Os índios praticam a agricultura para o consumo plantando em sua maioria milho e feijão. E na região da Serra cultivam verduras orgânicas vendidas semanalmente nas feiras nas cidades de Pesqueira e às vezes também Arcoverde.



Regiões em que foi dividido pelos Xukuru do Ororubá o Território indígena
Fonte: SILVA, 2008, p. 117.

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre evidenciada. No *Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, elaborado na última década do Século XIX e publicado em 1908, foi ressaltada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, caju, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece” (GALVÃO, 1908: 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caícutas, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e seus usos medicinais:

A aroeira (muito usada no cozimento do entre casca para dores de garganta), o bom nome (com o uso específico das moléstias das vias respiratórias), o jucá ou pau-ferro, o assafraz, guáiaço, cabeça de negro, gitó, parreira brava, japecanga (succedaneo da salsaparrilha), o ingazeiro, jaboticabeira, o imbuzeiro, a catinga de porco (de cujas folhas se faz travesseiros sobre os quais se deitando os doentes de dores de cabeça e tonteiras, dizem cessar o incômodo), o mulungu, o cardeiro (mandacaru), o marmeleiro, o velame o barbatenão, etc. (GALVÃO, 1908: 181).

As referências sobre uso das citadas plantas medicinais evidenciam a utilização tradicional pelos indígenas. O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam algumas engenhocas para produção de rapadura e também aguardente. Galvão enfatizou a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando afirmou: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citou ainda artigos produzidos pelos índios, quando escreveu: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da Serra de Ororubá” (GALVÃO, 1908: 182).

No Semiárido pernambucano Os brejos representam pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira, possuem solos profundos, matas de serras e cursos d’água permanentes, favorecendo a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p.176).

Notemos, além disso, que, nesses interflúvios e em outros de menor amplitude aparecem manchas numerosas, que, não chegando a constituir verdadeiros brejos, representam áreas onde se atenuam às condições de semi-aridez, com seus efeitos benéficos nas atividades pastoris. Atenuação dos efeitos da semi-aridez é também a

existente nas áreas dos chamados pés de serra, preferidas pela lavoura nos espaços de baixa pluviosidade. (MELO, 1980, p.181).

Assim, durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

No verbete “Cimbres”, encontrado no *Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco*, publicado em 1863, Manoel da Costa Honorato, além de ter reconhecido a existência de índios na Serra do Ororubá, ressaltou a riqueza natural do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (HONORATO, 1976, p.38)

Em outro trecho, depois de enfatizar a importância da agricultura daquele lugar, apesar de insistir no trabalho agrícola indígena como menor, o autor se referiu ao modo de vida indígena: “Os índios vivem da caça e cultivam muito pouco; as mulheres fazem lança, fiam algodão, fazem panos para se vestir, e lamentam-se excessivamente quando os maridos não são bem sucedidos nas caçadas” (HONORATO, 1976, p.38). Apesar das invasões de fazendeiros, existiam matas na região, possibilitando aos índios o acesso aos recursos naturais.

História Xukuru do Ororubá e História Ambiental

Em várias narrativas orais índios idosos Xukuru do Ororubá relatam memórias sobre práticas agrícolas, formas e épocas do plantio, bem como conhecimentos sobre o domínio, acesso e uso do recursos naturais, seja pela coleta de frutos nativos, caçadas, utilização de plantas para confecção de remédios, adornos, uso ritual ou utensílios do cotidiano evidenciando estreitas relações com o Ambiente do Semiárido onde habitam. São conhecimentos que evidenciam as relações entre a história indígena e a História Ambiental nessa região com registros milenares da ocupação humana.

Para melhor compreender as vinculações entre os índios Xukuru do Ororubá e o Ambiente onde habitam, é necessário observar os estreitos vínculos entre a história indígena e a História Ambiental no Semiárido pernambucano, em um exercício de análises e reflexões buscando compreender os processos históricos vivenciados pelos indígenas evidenciando as relações de poder, as formas de acesso, as dimensões simbólicas e a utilização dos recursos naturais, nos protagonismos para a “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” (OLIVEIRA, 2004, p. 13-38) na afirmação identitária dos indígenas.

As relações especificamente sobre a história dos Xukuru do Ororubá e as relações com

a História Ambiental do Semiárido pernambucano, ocorre a partir de diálogos interdisciplinares com os estudos existentes sobre a região em suas diferentes abordagens, com as fontes bibliográficas e memórias orais, tendo como base também as discussões realizadas no campo da História Ambiental. Uma vez que “A História Ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas, também reconhecer a historicidades dos sistemas naturais” (PÁDUA, 2010, 97). Enfim, pensando as relações históricas e ambientais indígenas no Semiárido pernambucano.

Discutindo os processos históricos e as relações ambientais de indígenas no Semiárido pernambucano, a partir das experiências vivenciadas pelos Xukuru do Ororubá nas forma de acesso, domínio, atribuições de dimensões simbólicas e utilização dos recursos ambientais na afirmação identitária indígena, a partir de reflexões relacionando a história indígena e História Ambiental nessa região. Bem como um maior conhecimento sobre as expressões socioambientais dos citados indígenas, como qualificação profissional para atuação docente, em cumprimento ao que determinou a Lei nº 11.645/2008 para ensino de história e culturas indígenas na Educação Básica.

As reflexões sobre as relações entre a história indígena e História Ambiental no Semiárido pernambucano, exige, portanto, necessariamente diálogos interdisciplinares. Existe uma diminuta bibliografia histórica sobre a temática, sendo necessário apoio nos diversos estudos antropológicos, geográficos, ecológicos, botânicos e de outros campos do conhecimento sobre o Semiárido, que trataram de situações específicas ou de uma forma geral, particularmente sobre o Semiárido pernambucano e ainda estudos sobre os indígenas nessa região.

Os relatos de memórias orais de indígenas idosos Xukuru do Ororubá, possibilitam compreendermos as relações históricas ambientais nas experiências do observar, o lidar, as vivências com o Ambiente em suas transformações históricas no plantar, colher, acessar e utilizar os recursos naturais seja para fins rituais, seja para fins de consumo alimentar, curativo para doenças e como expressão de afirmação da identidade indígena.

Referências

- ALMEIDA, Eliene A. de. (Org.). **Xucuru, filhos da mãe Natureza: uma história de resistência e luta**. 2. ed. Olinda: CCLF/Pesqueira Prefeitura Municipal, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6ª ed. Recife, Edufpe, 1998.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Brasília, DF, 2005.

- CCLF-Centro de Cultura Luiz Freire. **O tempo e a terra: mapeando o território indígena Kapinawá.** Olinda/PE, 2017.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Dicionário Chorográfico, histórico e estatístico de Pernambuco.** Rio de Janeiro, 1908.
- HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco.** 2ª ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1976.
- LEAL, Caroline; ANDRADE, Lara E. (Orgs.). **Guerreiras: a força da mulher indígena.** Olinda/PE, Centro Luiz Freire, 2013.
- LEAL, Inara R; TABARELLI, Marcelo; Silva, José Maria C. da; (Orgs.). **Ecologia e conservação da Caatinga.** 2ª ed. Recife, Edufpe, 2005.
- MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830).** João Pessoa, Ideia, 1993.
- MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes.** Recife, SUDENE, 1980.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.** Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004, p. 13-38.
- PADUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados.** 2010, vol.24, n.68, p 81-101.
- PÔRTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. (Orgs.) **Brejos de Altitudes em Pernambuco e na Paraíba: História Natural, Ecologia e conservação.** Brasília, MMA, 2004.
- PROENÇA, André Luiz. **Onde vivem aqueles que aqui passaram?** Proposta interpretativa para as ocupações pré-coloniais no Agreste Pernambucano. Recife, UFPE, 2008 (Dissertação Mestrado em Arqueologia).
- SETTE, Hilton. **Pesqueira: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais.** Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.
- SILVA, Edson; OLIVEIRA, Edivania G. S.; SANTOS JUNIOR, Carlos F. Os povos indígenas no “Sertão verde”: mobilizações, conflitos e afirmações identitárias no Semiárido pernambucano. In: **O encolhimento das águas: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência no Semiárido.** Campina Grande/PB: INSA, 2018, p. 129-149.
- SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988.** 2ª. ed. Recife, EDUFPE, 2017.

SOBRINHO, Vasconcelos. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife, Condepe, 2005.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31 n. 3, setembro/dezembro 2016, p.769-797.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade**, 2003, vol.5, n.2, p.23-44